



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Instituto Estadual de Florestas

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: <u>Of.</u>
Nº. 02001. 0 02 <u>139/2017- 10</u>
Recebido em: <u>8/2/2017</u>
Assinatura <u>[Handwritten Signature]</u>

OFÍCIO nº 04/2017/DIUC/IEF/SISEMA.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2017.

Senhora Coordenadora,

DIGITALIZADO NO IBAMA

Em resposta ao OF. 02001.0011392/2016-23 – DILIC/IBAMA, solicitamos que nos encaminhem, informações complementares para darmos continuidade ao processo de licenciamento da duplicação da rodovia BR 040, no trecho inserido em Minas Gerais, até que sejam atendidas as solicitações que seguem anexo.

Reafirmamos a necessidade de atendimento à solicitação, por se tratar de informações de extrema relevância quanto aos impactos ambientais que serão causados às Unidades de Conservação, considerando que neste momento, estão sendo elaborados os projetos executivos das obras relativas ao empreendimento de duplicação da referida rodovia. Desta forma, será necessário que tenhamos conhecimento sobre os potenciais impactos ambientais nas Unidades de Conservação listadas abaixo, uma vez que o Instituto Estadual de Florestas - IEF não teve o conhecimento do Projeto Básico - PBA e nem tão pouco das obras e atividades que afetarão as unidades mineiras.

Seguem relacionadas abaixo, as Unidades de Conservação que serão afetadas pela duplicação da rodovia BR 040: Monumento Natural Estadual Serra da Moeda, Área de Proteção Ambiental Estadual Sul Região Metropolitana de Belo Horizonte, Estação Ecológica Estadual Cercadinho, Estação Ecológica Estadual de Fechos, Parque Estadual Serra do Rola Moça, Estação Ecológica Estadual de Arêdes, Parque Estadual de Paracatu e Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato.

Ilma. Sra.
Tatiana Veil de Souza
Coordenadora de Transporte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
BRASILIA/DF



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Instituto Estadual de Florestas

Neste sentido, ressaltamos a necessidade de nos encaminhar mais informações com os esclarecimentos necessários para orientação aos Gerentes das Unidades de Conservação que serão afetadas pelo empreendimento, bem como nos enviar também, estudos e documentos que nos permitam dar continuidade ao processo de regularização ambiental.

Esclarecemos que, apesar da manifestação dos gerentes deste Instituto, conforme documento do IBAMA NOT.TEC. 02001.0011804/2015-36 CONTRA/IBAMA (Processo IBAMA nº 02001.002975/2014-00), reafirmamos a necessidade de atendimento a nossa solicitação num prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste, podendo ser prorrogável, para evitar danos ambientais às referidas Unidades de Conservação.

Nesta oportunidade, solicitamos a gentileza de agendar uma reunião, em Belo Horizonte, com a finalidade de discutirmos os principais questionamentos do referido processo de licenciamento.

Na certeza de contarmos com a compreensão de V.Sa., renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Henri Dubois Collet

Diretor de Unidades de Conservação – IEF/MG



ANEXO

Solicitação de informações complementares relacionadas ao empreendimento Processo IBAMA nº 02001.002975/2014-00 devido aos estudos apresentados pelo órgão licenciador não indicarem os impactos ambientais gerados pela atividade/empreendimento dentro das unidades de conservação que seguem: a) Monumento Natural Estadual Serra da Moeda; b) Área de Proteção Ambiental Estadual Sul Região Metropolitana de Belo Horizonte; c) Estação Ecológica Estadual Cercadinho; d) Estação Ecológica Estadual de Fechos; e) Parque-Estadual Serra do Rola Moça; f) Estação Ecológica Estadual de Arêdes; g) Parque Estadual de Paracatu e h) Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato.

As informações deverão ser apresentadas de acordo com os escopos dos projetos (empreendimento como um todo), conforme orientações listadas abaixo. Faz-se necessário apontar as mitigações e compensações específicas para cada unidade de conservação, com base nos estudos que determinam quais serão os impactos significantes da atividade/empreendimento.

Podará ser considerado a coleta de dados e análises, estudos de campo e consultorias já realizadas. O objetivo não é exaurir todos os estudos, mas obter informações suficientes para permitir um direcionamento para a mitigação dos impactos de acordo com os dados e informações obtidos destes estudos.

Resumo executivo

1. Características do Projeto. Breve descrição da proposta do projeto.

- Razões da proposta do projeto:

- . O planejamento mostrando os limites do empreendimento/atividade incluindo qualquer estrutura temporária necessária durante as construções/intervenções;
- . Apresentação das estruturas do empreendimento/atividade (layout, construções, outras estruturas, pátios, etc.);
- . Descrição dos processos principais incluindo tamanho, capacidade, internalidades e externalidades;
- . Indicação dos acessos e também caso ocorrer novos arranjos ou mudanças em acessos já existentes;
- . Apresentar o plano de trabalho para as fases de construção, operação e desmonte, e adequado plano de restauração/reabilitação da área depois do uso, se for o caso;
- . Métodos de construção;
- . Insumos usados nas construções e operação (materiais, equipamentos, fonte de energia, etc.);
- . A relação com outros projetos pré-existentes ou em planejamento;
- . Informações sobre alternativas que estão sendo consideradas;
- . Informações sobre as mitigações e métodos de mensuração utilizados;
- . Outras atividades que podem ser requeridas como consequência da atividade/empreendimento (ex. desafetação de unidade de conservação, remoção aglomerados, previsão de novo abastecimento de água, geração ou transmissão de energia, incremento de resíduos diversos, abastecimento de veículos, oficinas);



. Detalhes de outras autorizações requeridas para a atividade/empreendimento:

2. Localização da atividade/empreendimento (físico e digital – arquivos para o SIG)

. Mapas e fotografias mostrando a localização da atividade/empreendimento, características e relações física, natural e das atividades antrópicas.

. Uso do solo existente e das adjacências da propriedade e qualquer futuro planejamento de uso do solo.

. Zoneamento ou políticas de uso do solo

. Áreas protegidas.

. Áreas sensíveis.

. Detalhamento de outras alternativas locais que deve ser consideradas.

3. Características dos Potenciais Impactos Uma pequena descrição dos impactos da atividade/empreendimento considerando os fatores:

. Impactos para as pessoas, saúde humana, fauna e flora, solos e uso do solo, bens materiais, qualidade da água e hidrológica, qualidade do ar, clima, ruídos e vibrações, paisagem e ambiente visual, patrimônio arqueológico, espeleológico, histórico e cultural, e as interações entre eles.

. Natureza dos impactos (ex.: direto, indireto, secundário, cumulativo, curto, médio longo prazo, permanente e temporário, positivo ou negativo).

. Extensão dos impactos (área geográfica, tamanho da população afetada/habitat/espécies).

. Magnitude e complexidade dos impactos.

. Probabilidade dos impactos.

. Duração frequência e reversibilidade do impacto.

. Mitigação incorporado na atividade/empreendimento para reduzir, evitar os cessar os impactos significativos.